

**15ª ASSEMBLEIA DE ORGANIZAÇÃO
DO CONCELHO DE CASCAIS**



18 de Outubro - Auditório da Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana

Resolução Política

**Reforçar o Partido, Avançar com a Luta,
com os valores de Abril no futuro de Portugal**



1 Introdução

1.1.1 Decorridos dois anos desde a realização da XIV Assembleia de Organização Concelhia de Cascais do PCP, a actual situação política nacional e local, que conduziu o País à mais grave situação económica e social do Portugal democrático, está marcada pelo desenvolvimento da política de direita e de abdicação nacional, ao serviço dos grandes grupos económicos e financeiros, agravadas com a imposição pelas troikas nacional e estrangeira do Pacto de Agressão.

1.1.2. O Governo PSD/CDS-PP e os partidos que o suportam, com a cobertura do Presidente da República, já não conseguem esconder as consequências da brutal escalada anti-social e anti-popular realizada em nome da crise e do suposto combate à dívida e ao défice das contas públicas – num processo comandado pelo grande capital e por grupos económicos nacionais e internacionais, e em que PS, PSD e CDS-PP são os principais executantes. Uma política de exploração que está a conduzir o povo e o país ao empobrecimento com consequências dramáticas na vida de milhões de portugueses.

1.1.3. A situação a que chegou o país deriva das opções políticas ao serviço do capital dos partidos da política de direita agravada pelo aprofundamento da integração capitalista na União Europeia. A consagração destas políticas ao serviço dos grandes grupos económicos nacionais e multinacionais, destruiu o nosso aparelho produtivo, a agricultura e as pescas, agravou perigosamente a dependência do país, colocou em causa a nossa soberania e independência nacional e conduziu o país à grave situação económica e social em que hoje se encontra.

1.1.4. A luta dos trabalhadores e de todas as camadas e sectores sociais vítimas desta política tem-se desenvolvido, intensificado e multiplicado, com destaque para uma Greve Geral e grandes manifestações realizadas neste período de dois anos, onde milhões de trabalhadores repudiaram esta política de declínio nacional e exigiram uma alternativa que defenda os seus interesses, os do povo e do país.

1.1.5. As reais perspectivas de ruptura com a actual política expressas no desenvolvimento da luta, na ampliação da convergência de sectores e personalidades democráticas e em particular no reforço eleitoral da CDU, nas Eleições Autárquicas (2012) e para o Parlamento Europeu (2013), aliadas à construção de uma política alternativa, são inseparáveis do decisivo combate à política de direita e à ofensiva que este Governo desenvolve

contra os direitos e conquistas sociais.

1.1.6. No ano em que se celebram os 40 anos da Revolução de Abril constitui um imperativo nacional: romper com a política de direita e afirmar uma política patriótica e de esquerda, vinculada à Constituição da República Portuguesa e aos valores de Abril.

1.1.7. No concelho de Cascais, que continua a crescer em número de habitantes, as lutas desenvolvidas contribuirão para o esclarecimento e a mobilização em torno do direito ao trabalho e ao trabalho com direitos, dos salários, de mais e de melhores serviços públicos de Saúde e de Transporte no concelho, e que teve no PCP e nos eleitos da CDU os mais consequentes defensores dos caminhos que conduzam à ruptura com a política de direita e à mudança por uma política patriótica e de esquerda, que projecte os valores de Abril.

1.1.8. No plano internacional, verifica-se um agravamento da instabilidade e da insegurança decorrente da escalada agressiva conduzida pelo imperialismo norte-americano que, multiplicando focos de tensão e de desestabilização, fomenta a guerra e promove a acção de forças fascistas, para tentar fazer face à profunda crise com que se debate e contera a luta dos trabalhadores e dos povos.

O agravamento da situação na Ucrânia, decorrente da violência exercida pelo poder golpista, apoiado pelos EUA, a NATO e a União Europeia; a deterioração da situação no Médio Oriente, com os recentes acontecimentos no Iraque; a contínua agressão à Síria; os sistemáticos crimes de Israel contra o povo palestino; as operações de recolonização em África; a crescente militarização do Extremo Oriente movida pelos EUA e um Japão revanchista; a ingerência cada vez mais aberta dos EUA na Venezuela e em outros países da América Latina - são exemplos da escalada agressiva do imperialismo

1.2. Objectivos da Assembleia

1.2.1. A preparação e realização da XV Assembleia da Organização Concelhia de Cascais (XV AOCC) do PCP deve constituir um ponto alto da reflexão de toda a organização do concelho de Cascais com o objectivo do reforço do Partido, condição indispensável para respondermos às exigências que a situação política nos coloca.

1.2.2. Reforçar a organização do Partido, nas empresas e locais de trabalho, na estruturação, no recrutamento, na política financeira, condições indispensáveis para uma maior intervenção e reforço da ligação às massas e da influência do

Partido nas suas organizações.

1.2.3. Prestar contas do trabalho realizado desde a XIV AOCC, eleger uma nova direcção e no âmbito da orientação geral do Partido definir as linhas de trabalho para a sua concretização no concelho de Cascais. Organizar e mobilizar os trabalhadores e as populações desenvolvendo lutas, como elemento essencial para a transformação da situação presente.

2. Situação social do Concelho

2.1. O Concelho de Cascais não foge à realidade nacional marcada por 38 anos de recuperação e centralização capitalista que acentua as desigualdades e as injustiças. Um processo agravado, nos últimos anos, pelos governos PS de José Sócrates e PSD/CDS de Passos Coelho e Paulo Portas. A imposição de sucessivos programas de austeridade, conduziram Portugal a uma situação de retrocesso social e definhamento económico sem precedentes nas últimas quatro décadas. A realidade vivida pelos cascalenses e os dados públicos sobre o Município de Cascais não dão margem para dúvidas sobre a gravidade da situação social.

2.2. Os dados estatísticos sobre Cascais são reveladores dos resultados práticos das políticas de austeridade levadas a cabo nos últimos anos. Entre 2005 e 2011, o poder de compra das famílias caiu cerca de 16%. Segundo o INE, entre 2009 e 2012, o número total de empresas no concelho diminuiu 15%, passando das 29.773 para as 25.282 empresas e atirando para o desemprego milhares de trabalhadores. Entre os anos de 2009 e 2012, verificou-se uma diminuição de 6.427 trabalhadores por conta de outrem, no entanto, os dados oficiais do desemprego não acompanham esta tendência. As mais diversificadas formas de manipulação dos dados do desemprego são usadas para esconder esta triste realidade. Mesmo assim, os dados oficiais revelam mais de 10 mil desempregados e, destes, cerca de metade não recebem subsídio de desemprego. De salientar que mais de 50% são desempregados há mais de um ano, 22% têm mais de 55 anos e 20% têm formação superior.

2.3. No **ensino**, PS/PSD/CDS concretizaram uma estratégia marcada pela desvalorização e desfiguração da escola pública com o objectivo da sua privatização. No município, o executivo camarário segue essa orientação entregando de mão beijada a educação ao sector privado. A área onde é mais evidente este favorecimento ao capital, com uma clara falha na oferta, é a da educação pré-escolar, onde 4 em cada 5 crianças

frequentam o ensino privado. Na generalidade dos graus de ensino mais de 45% dos alunos frequentam o ensino privado.

Os dados dos Censos de 2011 sobre o nível de escolaridade da população residente com mais de 15 anos, revela que 25% dos residentes têm formação no ensino superior e 5,5% da população não tem qualquer grau de ensino sendo que, destes, a maioria tem mais de 65 anos.

2.4. A drástica redução de despesas na **Segurança Social**, imposta a partir de 2010 com os diversos PEC e acentuada com a assinatura do Pacto de Agressão, veio aumentar o empobrecimento da população e as desigualdades sociais. Dois dos exemplos mais sentidos no concelho foram os cortes nos rendimentos e nos beneficiários do Rendimento Social de Inserção, que eram no ano de 2011 - 6291 e passaram para 5087 no ano de 2013, e no Abono de Família, em que quase metade das crianças perderam o direito a este apoio entre os anos de 2009 e 2013.

2.5. A ofensiva contra o **Serviço Nacional de Saúde** sustentada no falso argumento de uma melhor racionalização dos meios, fica marcada por um processo de degradação da oferta pública dos cuidados de saúde, dando cada vez mais espaço para o florescimento do sector privado. Em conjugação com aumento do custo de vida e com os cortes nos rendimentos, a grave falta de médicos de família, os cortes nas participações dos medicamentos e os aumentos das taxas moderadoras estão a obrigar as famílias cascalenses a efectuar cortes na saúde, deixando de ter o acompanhamento médico adequado e os medicamentos necessários.

2.6. A deliberada opção de destruição e desarticulação de importantes **serviços públicos** tem como principal objectivo proporcionar novas áreas de negócio ao sector privado. No concelho, o golpe desferido ao poder local democrático retirou duas freguesias a Cascais e afastou a democracia da população. Atrás da extinção de freguesias veio o encerramento de vários serviços, muitos dos quais ainda em vias de serem concretizados, como é o caso do falado encerramento de esquadras da PSP, de quartéis de bombeiros e de repartições de finanças. Os encerramentos de postos dos CTT, das águas de Cascais e da Segurança Social é, já hoje, uma realidade com que as populações se têm de debater.

2.7. A ausência de uma política de **transportes** para o concelho tem originado uma degradação dos serviços que não satisfaz as necessidades dos munícipes. O automóvel particular é o meio de transporte mais utilizado nas deslocações diárias

para a escola ou trabalho, sendo usado em 67% dos casos. O comboio com 11,3% e o autocarro com 8,7% são os transportes colectivos mais utilizados. A proporção da população que utiliza os transportes públicos é de apenas 21%. A intenção de privatização/concessão da linha de Cascais, sendo mais uma benesse ao capital que deverá ficar com os lucros da gestão da linha enquanto o Estado arcará com os prejuízos, irá degradar a qualidade e encarecer o serviço prejudicando os utentes.

2.8. A acessibilidade a **peças de mobilidade reduzida** não faz parte da política concelhia que acabou com o pelouro que existia na autarquia. Na freguesia de Alcabideche está localizado o maior e mais reconhecido centro de medicina de reabilitação a nível nacional que traz utentes para tratamento de norte a sul do País e, mesmo, de outros países. No Censos de 2011 verificou-se que há no concelho cerca de 12 mil pessoas com dificuldades em caminhar ou subir degraus, no entanto, o concelho continua a apresentar graves deficiências nas acessibilidades. As vias e acessos aos edifícios públicos e a falta de adequação dos transportes públicos são uma tormenta para as pessoas de mobilidade reduzida que habitam e visitam o concelho.

2.9. A **juventude** tem conhecido nos últimos anos um acelerado agravamento da sua situação. Privados de perspectivas de futuro e empurrados para a emigração, são obrigados a adiar a constituição de família originando, entre 2007 e 2013, uma diminuição dos casamentos em 39% e uma quebra de 400 nascimentos/ano.

2.10. Os **reformados**, pensionistas e idosos, vítimas de um dos mais violentos ataques às suas condições de vida e aos seus direitos conquistados com a Revolução de Abril, estão em crescimento no concelho. Nos últimos dez anos, a maior variação da população residente verificou-se nas faixas etárias de idade igual ou superior a 65 anos, registando-se um crescimento de 3 pontos percentuais, atingindo, agora, um valor acima dos 18%.

2.11. A situação das **mulheres** caracteriza-se por uma profunda degradação das condições de vida e de trabalho. A discriminação por sexo está, também, patente neste concelho onde os homens ganham cerca de 15% mais que as mulheres. Com o encerramento de fábricas e de empresas de restauração, a muitas mulheres restou o desemprego ou os trabalhos domésticos.

2.12. Por último, a **população estrangeira** ou com laços ao estrangeiro tem ganho um peso

considerável no concelho de Cascais. Mais de 18 mil portugueses residentes no concelho nasceram no estrangeiro e perto de 36 mil (17% da população residente total) tem naturalidade estrangeira. Da população estrangeira 7269 veio para o Concelho após 2005, oriundos de vários pontos do globo mas com maior incidência do Brasil e dos PALOP.

3. Ligação do Partido às Massas e às suas Organizações – Luta de Massas

3.1 - Organização do Partido nas empresas e locais de trabalho / A luta dos trabalhadores e as suas organizações

3.1.1. Passados cerca de dois anos da nossa última Assembleia de Organização, o trabalho do Partido nas Empresas e Locais de Trabalho continua ter de assumir um papel determinante e uma prioridade absoluta na acção e intervenção do Partido. Assim decidimos no último Congresso do Partido e reafirmado na última Assembleia de Organização da ORL. No nosso Concelho o balanço do trabalho deve ser feito no sentido de continuar a procurar reforçar a intervenção do Partido.

3.1.2. Nestes dois últimos anos o trabalho do Partido foi constante, embora com insuficiências e grandes dificuldades em atingir os objectivos traçados.

A mobilização dos trabalhadores para as grandes acções de massas da CGTP assumiu um papel preponderante na acção do Partido.

3.1.3. Em termos de reforço do trabalho de direcção e reforço da organização, o esforço realizado não deu os resultados pretendidos, embora com altos e baixos, reforçámos o número de quadros com tarefas de direcção a partir do Sector de Empresas; reforçámos o Organismo de Direcção do Sector de Empresas; avançámos com uma maior estruturação do Sector de Hotelaria; não conseguimos avançar com a criação de novas células de empresa; não conseguimos editar com regularidade o Boletim do Sector de Empresas; continuamos a ter dificuldades no contacto com a organização do Partido, no sentido de regularizar a quotização, esclarecer situações e reforçar a organização; não conseguimos concretizar a realização regular de plenários de militantes.

3.1.4. Em termos de trabalho futuro, decide-se:

3.1.5. Manter e reforçar o Sector de Empresas Concelhio destacando mais quadros que assegurem a direcção/ligação a mais células e/ou conjunto de empresas, procurando reforçar o Organismo de Direcção do Sector com mais

quadros e o seu papel de direcção;

3.1.6. Realizar regularmente acções de contacto e esclarecimento junto das empresas e locais de trabalho, em particular das empresas consideradas prioritárias, procurando responsabilizar um maior número de camaradas por esta tarefa, envolvendo as organizações locais;

3.1.7. Reforçar a organização e intervenção do Partido nas empresas prioritárias; Casino, Câmara Municipal/Empresas Municipais, Legrand, Jumbo-Cascais, Rauschert, Panisol, Continente/Cascais Shopping, Vitrohm e Contiforme, e pelo carácter dominante e estratégico no tecido empresarial do concelho, reforçar o Sector da Hotelaria e das Grandes Superfícies;

3.1.8. Regularizar a edição do Boletim do Sector de Empresas, assim como promover a edição de documentos específicos para cada empresa onde haja condições.

3.1.9. - Realizar plenários de militantes com a regularidade possível e avançar no esforço de contacto com a organização.

4. A luta das populações / as suas organizações de massas e o papel do Partido

4.1 - Balanço da Luta / intervenção e acção do Partido

4.1.1. Mais de três décadas e meia de políticas de direita têm impactos profundamente negativos na vida das populações, em particular nos últimos anos, primeiro com o Governo PS e depois com o actual Governo PSD/CDS-PP. A ofensiva contra as conquistas de Abril tem sido massiva. Atacam direitos conquistados após duras lutas.

4.1.2. O reforço do Partido, o aprofundamento da sua ligação às massas e às suas organizações são essenciais para o desenvolvimento da luta das populações na área da saúde, transportes, educação, habitação, segurança e ambiente.

4.1.3. Nestes 2 anos decorridos entre a XIV e a XV Assembleia da Organização do Concelho de Cascais, as populações nunca baixaram os braços e, para além da participação em lutas mais gerais promovidas pelo movimento sindical unitário, desenvolveram diversas iniciativas e lutas como a recolha de assinaturas em abaixo-assinados sobre diversos problemas, fizeram concentrações, manifestações e cortes de linha de comboio.

4.1.1.1 Saúde

4.1.1.1.1 O ataque ao Serviço Nacional de Saúde é feito através da degradação do serviço público, do pagamento de taxas moderadoras no acesso ao serviço e de meios complementares de diagnóstico, empurrando os utentes para unidades

privadas e seguros privados de saúde.

4.1.1.1.2.No Hospital de Cascais, os profissionais de saúde (médicos, enfermeiros e técnicos) são pressionados a trabalhar cada vez mais horas por dia (trabalho não remunerado). Equipas sobrecarregadas de trabalho e competências, a que manifestamente não conseguem dar resposta adequada. Onde os utentes esperam cada vez mais tempo para serem atendidos.

4.1.1.1.3.Os centros de saúde funcionam mal. O atendimento é insuficiente, uma das causas é pela colocação de pessoas com Contratos de Emprego e Inserção, recrutadas nos Centro de Emprego, a receberem salários de miséria, sem preparação para as tarefas. O desinvestimento é total e não há manutenção nos equipamentos. Reivindicamos mais médicos, enfermeiros e pessoal auxiliar e melhores condições para os Centros de Saúde do concelho

4.1.1.1.4. Reivindicamos a construção de um centro de saúde para Carcavelos e lutamos junto da população para que se concretize.

4.1.1.1.5.O desenvolvimento de um combate presente e de denúncia destas situações de irresponsabilidade com a saúde das populações, lutando contra as taxas moderadoras e em defesa do Serviço Nacional de Saúde, dinamizando acções junto das populações, e através da intervenção dos eleitos do PCP nos órgãos municipais e de freguesia.

4.1.1.2 Transportes

4.1.1.2.1. A ofensiva em curso visa a destruição do serviço público de transporte, seja ferroviário ou rodoviário. A degradação do serviço, em particular do transporte ferroviário, é uma das etapas que visa a privatização há muito ambicionada pelos sucessivos governos, PS, PSD e CDS-PP para a Linha de Cascais.

4.1.1.2.2. No concelho de Cascais, têm-se desenvolvido muitas lutas em defesa do serviço público de transportes: contra a privatização da linha de Cascais, pelo alargamento do passe social (L123) a todo o concelho de Cascais, por um número de carreiras e com horários que sirvam os interesses das populações, pela melhoria do serviço do transporte ferroviário público, mais e melhor material circulante.

4.1.1.2.3. Desenvolver e intensificar as lutas contra a privatização da Linha de Cascais, em defesa dos serviços de transporte público, apoiando o trabalho da comissões de utente que já existem no concelho.

4.1.1.3 Educação

4.1.1.3.1. A ofensiva em curso na Educação visa pôr em causa a Escola Pública, com um violento ataque que leva cada vez mais alunos a abandonar a escolaridade obrigatória. O custo das

propinas, a redução das bolsas e de outros meios da acção social escolar, corta o acesso ao ensino superior a muitos milhares de jovens.

4.1.1.3.2. No concelho de Cascais ainda não se procedeu ao encerramento de nenhum estabelecimento de ensino, mas outro perigo paira: a desresponsabilização da Administração Central e a tentativa de Municipalização das Escolas, componentes da violenta ofensiva do Governo contra a escola Pública.

4.1.1.3.3. Muitos estabelecimentos de ensino encontram-se com os edifícios e com o parque escolar degradado ou ainda com coberturas de amianto.

4.1.1.3.4. O reforço do partido e o aprofundamento da sua ligação às massas passa por responsabilizar, ao nível da Comissão Concelhia, um camarada que faça a ligação aos professores comunistas, que exercem no concelho.

4.1.1.4. Habitação: Bairros Municipais e AUGI's

4.1.1.4.1. As questões relativas à habitação, seja em relação ao arrendamento, à habitação social, ao movimento cooperativo e às áreas urbanas de génese ilegal devem merecer um maior acompanhamento e intervenção, nesse sentido a organização concelhia deverá:

4.1.1.4.2. acompanhar a conclusão do processo PER, com o realojamento e apoio à inserção para as famílias realojadas, cuidando igualmente da gestão social dos bairros.

4.1.1.4.3. pugnar pela promoção de programas de política habitacional dirigidas a senhorios e inquilinos, combatendo a nova Lei do arrendamento.

4.1.1.4.4. acompanhar a definição de políticas que salvaguardem a recuperação do parque habitacional degradado, disponibilizando fogos para habitação jovem, combatendo a desertificação dos centros históricos

4.1.1.4.5. pugnar pela promoção de uma política de urbanismo que potencie a qualidade de vida das populações e combata a especulação imobiliária.

4.1.1.4.6. Acompanhar e dinamizar as comissões de proprietários das AUGI's, na sua constituição, no acompanhamento dos processos junto de CMC, de uma verdadeira recuperação daqueles bairros, exigindo da CMC a assumpção das suas responsabilidades.

4.1.1.5. Segurança

4.1.1.5.1. A segurança interna, acompanhando toda a ofensiva contra a administração pública, tem-se degradado ao longo dos últimos anos. Como reflexo da profunda crise económica e social cresceu a criminalidade, diminuiu o investimento em segurança, aumentou o défice de efectivos policiais, cresceu o medo e a insegurança nas populações.

4.1.1.5.2. A persistência de níveis significativos de criminalidade tem a sua origem nas políticas anti-sociais, deste e anteriores Governos, a consequente degradação do tecido social no nosso país. O fracasso da política da segurança interna, que a actual situação reflecte, descuroou, por opção, a prevenção.

4.1.1.5.3. A política de segurança dos diversos governos obedece cegamente a critérios de classe, nos cortes orçamentais dos últimos anos com graves consequências na degradação de instalações e equipamentos, no agravamento das condições do serviço no estatuto sócio-profissional e remuneratório das forças e serviços de segurança, bem como na segurança pública e tranquilidade das populações.

4.1.1.5.4. O PCP mobilizará as populações contra o encerramento de esquadras e postos, tanto da PSP quanto da GNR, pois considera que estes fechos têm consequências muito negativas, geram piores condições de segurança pública. O PCP defende a vertente preventiva e o policiamento de maior proximidade visando o pedagógico envolvimento das populações na prevenção e combate à criminalidade crescente.

4.1.1.6 Ambiente

4.1.1.6.1. A luta e a intervenção por um Ambiente sustentável, contra os atentados ecológicos e paisagísticos postos em marcha pela maioria que governa a Câmara, na Quinta dos Ingleses, em Carcavelos, e nas terras de Birre, por detrás da construção da Academia Aga Khan.

4.1.1.6.2. Combater a privatização da água pública e defender o princípio do direito de todos, independentemente das possibilidades económicas, a este bem essencial à vida.

4.1.1.6.3. Defender na esfera pública dos sistemas de saneamento, recolha e tratamento dos resíduos e contra a implementação de mais taxas sobre as populações a pretexto da calamitosa situação financeira da empresa TratoLixo.

4.1.1.6.4. Denunciar e exigir a responsabilização dos gestores da TratoLixo, e dos presidentes das Câmaras que detêm esta empresa, na resolução do Aterro em Trajouce.

4.1.1.6.5. Vigiar o cumprimento das obrigações do município na defesa da orla costeira, das praias, das ribeiras e defender a promoção de acções que protejam os sistemas de biodiversidade existentes.

4.2. Movimento Associativo Popular

4.2.1. Colectividades

4.2.1.1. O desenvolvimento da política de direita tem grandes impactos negativos na vida associativa, e as colectividades de todas as vertentes: cultural, desportiva e recreativa, debate com sérios problemas.

4.2.1.2. Apesar das imensas dificuldades que o Partido tem demonstrado para dar resposta a esta frente de trabalho, ao nível do concelho, devemos insistir na constituição e no funcionamento regular de um Grupo de trabalho que discuta os problemas do Movimento Associativo e, que contribua para politizar o trabalho dos dirigentes associativos comunistas.

4.2.1.3. Reforçar a influência do Partido nas direcções das colectividades e em outras instituições do movimento associativo popular.

4.2.2. Associações de Pais

4.2.2.1. Apesar de haver camaradas em Associações de Pais, a ausência de trabalho estruturado e a falta de quadros que os acompanhem, são as principais razões para que não tenhamos conseguido desenvolver a nossa actividade junto destas estruturas.

4.2.2.2. É fundamental que tomemos medidas especiais de direcção e de responsabilização de quadros para inverter esta situação.

4.2.3. Bombeiros

4.2.3. 1. O Concelho de Cascais tem cinco associações de bombeiros, com cerca de 300 elementos na sua composição, profissionais e voluntários, e estão localizadas em Alcabideche, Carcavelos, Cascais, Estoril e Parede.

4.2.3. 2. Tem sido uma frente associativa de difícil ligação organizativa, quase nula, mas considerando a sua importância, quer a nível social, quer pelo número de quadros que envolve, é necessário ultrapassar estas debilidades de ligação.

4.2.3. 3. O acompanhamento da frente de trabalho junto dos bombeiros deve ser uma das tarefas do Partido ao nível da Comissão Concelhia que deve procurar:

- organizar os militantes do Partido nestas corporações
- aprofundar o conhecimento e a ligação entre as associações e intervir aos vários níveis pela resolução de problemas e necessidades que haja.

4.3. Reformados

4.3.1. Os reformados, camada social com grande peso no concelho de Cascais, constituem cerca de 18%, da população, são uma das camadas sociais mais afectadas pela política de direita praticada pelos sucessivos governos, do PS, e PSD/CDS, ao longo de 38 anos, e que se traduziram no empobrecimento progressivo dos reformados, pensionistas e idosos.

4.3.2. A defesa dos interesses dos reformados e a afirmação dos seus direitos exigem um aprofundado conhecimento dos problemas e reivindicações e o consequente reforço do trabalho do Partido nesta frente.

4.3.3. Desde a XIV AOCC, realizaram-se várias iniciativas e verificaram-se alguns avanços no trabalho desta frente: realizou-se uma tribuna pública e vários debates.

4.3.4. Criou-se a célula de reformados em S. Domingos de Rana, que reúne regularmente, promove almoços mensais com debates temáticos onde se realizaram já sobre segurança social, saúde e imprensa do Partido. Responsabilizaram-se vários camaradas reformados, sobretudo, na distribuição de propaganda e na recolha da quotização, estes camaradas têm dado um excelente contributo, quer na campanha eleitoral para as eleições ao Parlamento Europeu (2014), quer na divulgação da Festa do «Avante!».

4.3.5. Pela importância e o peso desta camada social, os reformados são uma frente de trabalho prioritária para o Partido, assim, definem-se como linhas de trabalho a ser concretizadas:

- 4.3.6. • Dar regular funcionamento à Comissão de Reformados do Concelho de Cascais,
- 4.3.7. • Fazer um levantamento de todas as estruturas de reformados no concelho;
- 4.3.8. • Responsabilizar em cada freguesia, camaradas por esta frente de trabalho;
- 4.3.9. • Criar a nível das freguesias, células de reformados a reunir regularmente;
- 4.3.10. • Participar e intervir nas associações para que não sejam apenas um local de convívio mas que a par disso tenham também um papel reivindicativo na defesa dos direitos dos reformados
- 4.3.11. • Incentivar os camaradas a participar nas acções unitárias promovidas pela Inter-reformados da CGTP-IN e do MURPI.

4.4. Mulheres

4.4.1. O 25 de Abril de 1974 foi para a Mulher Portuguesa o marco histórico de libertação de décadas e décadas de estagnação educativa e social, humilhação, opressão, repressão. A Mulher passou a ter direitos sociais e políticos, em igualdade com o homem.

4.4.2. A Constituição da República Portuguesa aprovada em 1976 consagrou esses direitos e a igualdade entre mulheres e homens e foi fundamental para o avanço da participação das mulheres em todas as actividades políticas, laborais e sociais.

4.4.3. Passados 40 anos, as políticas de direita dos 3 partidos que vêm alternando no poder marcam um acentuado retrocesso nas conquistas dos direitos das mulheres

Apesar do aumento das habilitações escolares e profissionais, a Mulher volta a ser vítima de discriminações e de injustiças sociais. O desemprego, o trabalho precário, o salário de miséria, a diminuição de apoios e infra-estruturas sociais, voltam a atingir, maioritariamente, as

Mulheres e a tornar penoso o seu quotidiano.

4.4.4. As mulheres estão presentes nos locais de trabalho, nos sindicatos, nas actividades políticas, na cultura, no desporto, em todos os aspectos da vida social. Reivindicando os seus direitos, em igualdade com os direitos de todos os cidadãos.

4.4.5. O acompanhamento da frente de trabalho junto das mulheres deve ser uma das tarefas do Partido ao nível da Comissão Concelhia. Há muitas potencialidades de crescimento e de alargamento nesta área, quer ao nível do trabalho do Partido, quer ao nível do trabalho unitário.

4.5 - Juventude

4.5.1. A juventude, com as suas características, força e energia próprias, é uma força indispensável na luta pelo progresso social e pela necessária ruptura com a política de direita. A juventude tem graus de formação mais elevados e, no entanto, a política de direita retirou-lhe as perspectivas de futuro. Uma juventude com bastantes razões para lutar, quer na escola, quer no trabalho, e que tem no futuro uma fonte de força para lutar pela mudança necessária.

4.5.2. Os avanços da ligação do Partido à juventude, pela captação de jovens quadros e pela integração de jovens quadros da JCP nas organizações do Partido, necessitam agora de ser continuados. O recrutamento de novos militantes e a sua integração nas organizações do Partido, a orientação da linha de intervenção do Partido para as preocupações e problemas da juventude do concelho e o estabelecimento de uma maior articulação entre o Partido e a JCP, ajudando e melhorando o trabalho nesta frente no Concelho, são necessidades primordiais para garantir a continuidade de um bom trabalho junto da juventude.

4.6 – MPME

4.6.1. As Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) correspondem a cerca 98% do universo empresarial português, não financeiro, e têm um papel fundamental na economia nacional, pela elevada criação de emprego e de importante parte da riqueza nacional.

4.6.2. O Governo PSD/CDS elegeu as MPME como alvo a abater. O ataque às MPME que o Governo tem em curso, dá continuidade às políticas erradas de anteriores governos PS, PSD e CDS, e são no quadro do Pacto de Agressão da Troika, a contrapartida à preservação dos interesses dos grandes grupos económicos e financeiros.

4.6.3. No concelho de Cascais, esta frente está constituída com um grupo de trabalho do Partido que desenvolve acções mobilizando e integrando os MPME comunistas, reúne com regularidade mensal e tem objectivos

4.6.4. Impulsionar e mobilizar para o trabalho unitário no âmbito dos MPME de modo a alargar as suas lutas e reivindicações justas.

4.7. - Pessoas com deficiência

4.7.1. Esta frente de trabalho deve ter um acompanhamento e uma maior intervenção. Neste sentido a organização concelhia de Cascais deve continuar a lutar pelo cumprimento, por parte do Estado, das políticas de inserção e integração que garantam a igualdade de direitos e o cumprimento das quotas de emprego, assim como a resolução progressiva das acessibilidades e o combate às barreiras arquitectónicas. Combate também contra as restrições no acesso ao ensino especial e aos cortes orçamentais na área da saúde.

4.7.2. aprofundar a articulação de trabalho com associações unitárias do Concelho de Cascais que dirigem o seu trabalho para pessoas com deficiência.

4.8 - Poder Local Democrático – luta das populações

4.8.1. Eleições Autárquicas de Setembro de 2013

4.7.1.1. Os resultados alcançados nas eleições autárquicas de 2013 confirmaram os objectivos que para elas havíamos definido. Tivemos mais votos, mais percentagem e mais eleitos.

Num cenário em que todas as demais forças políticas perderam parte significativa do seu eleitorado, e em que a abstenção atingiu os maiores níveis, a CDU foi a única força que foi capaz de crescer de forma expressiva.

4.8.1.2. Apesar da desproporção nos recursos financeiros utilizados, em meios de propaganda e em cobertura noticiosa, em tudo desfavoráveis às nossas candidaturas, o PCP e os aliados na CDU, em resultado do esforço e do empenhamento de grande parte do nosso colectivo no contacto de pessoa a pessoa, foram capazes de construir um resultado que foi muito positivo. Assim, para a Assembleia Municipal, obtivemos mais 836 votos, crescendo de 10,13% para 12,19%, elegendo mais um representante. Para as Assembleias de Freguesia, passámos de 9 para 11 eleitos, aumentando em 832 o número de votos passando, em termos globais, de 10,35% para 12,42%. Na votação para a Câmara, mantivemos o vereador que tínhamos, obtendo 872 novos votos passando de 9,19% em 2009 para 11,24% em 2013.

4.8.2. O Município de Cascais

4.8.2.1. O município de Cascais tem sido gerido, na maior parte dos anos, após a Revolução do 25 de Abril, por maiorias de direita, com o PSD e o CDS em coligação e, em três mandatos, pelo PS.

Em todos os mandatos a CDU elegeu deputados municipais e vereadores.

No actual mandato em que, do total de onze vereadores, a coligação de direita detém seis lugares e o PS três, a CDU continua a deter um lugar, pertencendo o restante à candidatura da direita, dita independente.

4.8.2.2. A prepotência grosseira, o uso de linguagem frequentemente ofensiva da dignidade dos vereadores das oposições, a negação de meios técnicos e humanos de trabalho, a recusa de acesso à informação necessária ao desenvolvimento da acção a quem não pertença à maioria, o corte da palavra pelo Presidente, quando as intervenções dos vereadores não são do seu agrado, seguidas de ameaças de expulsão das salas das reuniões, até ao desrespeito pelos prazos impostos pela Lei para a convocatória das sessões de Câmara, tudo tem sido usado por esta maioria no propósito de “abafar” a voz do eleito do PCP, por ser aquele que mais incómodo lhes causa.

4.8.3. Acção PCP na Câmara Municipal

4.8.3.1. Apesar dos obstáculos colocados à sua acção, o eleito do PCP na Câmara tem sido capaz de dar voz ao descontentamento dos muitos munícipes que não se revêem na gestão autárquica levada a cabo pela maioria de direita e, em todas as sessões de Câmara, apresentou propostas e defendeu alternativas.

4.8.3.2. Foi através do seu eleito na Câmara que o PCP em primeiro lugar se opôs e quem, publicamente, denunciou o propósito de se construir na Quinta dos Ingleses uma urbanização que atenta contra o sistema ecológico ali existente e que ofende os interesses da população de Cascais e, em particular, dos habitantes de Carcavelos, dando decisivos contributos em todo o processo de contestação que tem sido desenvolvido pelas populações e que ainda decorre contra tal atentado urbanístico.

4.8.3.3. Foi também pela voz do PCP na Câmara, que se denunciou o propósito de, por detrás da construção de uma academia Aga Khan, em Birre, se querer destruir um importantíssimo espaço de reserva ecológica e também capital para a alimentação e renovação dos mais importantes lençóis freáticos de grande parte do território do município.

4.8.3.4. O PCP desencadeou todo o processo de oposição das populações contra a espoliação dos espaços livres de estacionamento, obrigando os munícipes a pagar pelos espaços existentes às suas portas e onde antes lhes era possível estacionar sem pagar.

4.8.3.5. Num ano de mandato, o PCP já apresentou nas sessões de Câmara, mais de três dezenas de Declarações de Voto sobre as questões de

maior relevo ali debatidas. Mais de duas dezenas de intervenções políticas de carácter social e de âmbitos nacional e local.

4.8.4. Direcção de trabalho

4.8.4.1. No desenvolvimento do trabalho dos eleitos do PCP na Câmara e na Assembleia Municipal têm sido essencial o trabalho de discussão prévia dos temas a discutir nas reuniões destes órgãos, que tem vindo a ser feito no âmbito do Grupo de Trabalho criado para este fim, do qual tem resultado a troca de conhecimento entre todos e uma melhor fundamentação para as posições a assumir por cada um dos eleitos.

4.8.4.2. Para uma melhor articulação dos eleitos municipais e nas freguesias, realiza-se de 2 em 2 meses uma reunião com todos os eleitos e com os camaradas que acompanham o trabalho autárquico.

4.8.4.3. No prosseguimento da acção autárquica, os eleitos do PCP, integrados na organização local do Partido, devem intensificar as ligações às populações, identificando os principais problemas existentes nas localidades de residência e envolvendo-as nos processos de reivindicação, tanto junto da Câmara como das Juntas de freguesia, sendo que neste processo se torna essencial o trabalho do Partido junto de residentes nas respectivas localidades.

4.8.4.4. A actividade dos eleitos comunistas na autarquia, seja no município seja nas freguesias, reside na assumpção, por cada um dos eleitos, dessa condição como tarefa de Partido, espaço de intervenção e de luta. Essa actividade deve uma contribuição para o reforço e influência do Partido. Pelo seu trabalho e capacidade de resolução dos problemas, pelo exemplo dado no exercício dos cargos, pelo desapego a poder e pela recusa de benefícios pessoais, pela coerência na defesa dos interesses das populações, e também pelo conteúdo político imprimido à sua actividade.

4.8.5. Trabalho autárquico nas freguesias

4.8.5.1. Nas eleições autárquicas de 2013, o PCP elegeu 13 eleitos nas assembleias de freguesias (AF), aumentando o número de eleitos em relação às eleições de 2009: Alcabideche (2 eleitos na AF); Carcavelos e Parede (3 eleitos na AF); Cascais e Estoril (2 eleitos na AF) e em S. Domingos de Rana (4 eleitos na AF e 2 eleitos no executivo da Junta de Freguesia).

4.8.5.2. Os eleitos do PCP têm tido uma intervenção destacada em todas as Assembleias de Freguesia do Concelho, onde apresentámos diversas moções e várias intervenções de denúncia e proposta.

4.8.5.3. Devemos prosseguir um trabalho de proximidade e de grande ligação às populações, levando a luta das populações na nossa

intervenção institucional e informando as populações do trabalho que desenvolvemos nos órgãos autárquicos.

4.8.5.4. Editar «presta contas» com regularidade e distribuí-los à população

4.8.5.5. Realizar visitas às bairros, às localidades, colectividades e instituições, com a participação de eleitos municipais e das freguesias, de forma a aprofundarmos o conhecimento das realidades locais e de dar a conhecer o nosso trabalho.

5 – Partido

Desde a XIV Assembleia, a Organização do Concelho de Cascais foi chamada a uma intensa actividade, quer no plano da resposta política integrada na acção geral do Partido contra a política de direita, quer na acção própria da organização trabalhando nos objectivos de reforçar organicamente o Partido.

5.1 - Caracterização da Organização

5.1.1. A organização do Concelho de Cascais está a assente em seis freguesias (que não correspondem à nova divisão administrativa, mantendo-se a estrutura de acordo com a divisão administrativa que defendemos) e o sector de empresas.

5.1.2. O Concelho de Cascais tem actualmente 800 militantes: 701 militantes (87,6%) nas freguesias e 99 (12,4%) no sector de empresas.

5.1.3. No âmbito da campanha «Mais Organização, Mais Intervenção, Maior Influência, Um PCP mais Forte», que estamos a realizar desde o início do ano de 2014, que é a acção de contacto com os militantes para a elevação da militância, entrega do novo cartão de membro do Partido e a actualização de dados, o trabalho tem sido desenvolvido com algumas dificuldades e em diversos ritmos no concelho.

5.1.4. No total já centralizamos 351 fichas de contacto (44,8%), que correspondem ao mesmo número de cartões entregues. Com esta acção já há mais camaradas com novas tarefas, sobretudo, no âmbito da distribuição de propaganda e em tarefas nos bares dos Centros de Trabalho.

5.1.5. A organização continua a ter maioria de operários industriais e empregados, sendo que o número de empregados continua a crescer e o de operários industriais a diminuir. O número de intelectuais, quadros técnicos e MPME mantém-se de certa forma estável.

5.1.6. A organização continua a apresentar-se muito envelhecida com uma média etária muito elevada, estando a esmagadora maioria acima dos 51 anos, 77,2% e quase metade da organização acima dos 64 anos, 48,9%. Embora com um ligeiro rejuvenescimento, mantém-se mais envelhecidas as organizações que têm dificuldade em recrutar: Alcabideche (93,9% com mais de 51 anos) e

Estoril com (82,5%)

5.1.7. 68,3% Da organização concelhia é do sexo masculino e 31,7 do sexo feminino, verificam-se grandes dificuldades no enquadramento de mulheres com tarefas nos organismos, embora tenha havido alguns progressos e é um factor a ter em conta.

5.1.8. Define-se, assim, como linhas orientadoras de trabalho:

5.1.9. Manter o funcionamento regular da Comissão de Organização Concelhia, que proponha e acompanhe metas de trabalho, no controlo de execução das metas de recrutamento e responsabilização de quadros, actualização de ficheiro e restantes tarefas no âmbito da organização.

5.1.10. Dar especial atenção ao recrutamento, e em particular ao recrutamento jovem, com avaliações regulares.

5.1.11. Prosseguir e aprofundar as responsabilizações de militantes pelo trabalho orgânico e de carácter regular, com avaliações trimestrais.

5.1.12. Concretizar na totalidade a acção de contactos com os militantes do Partido, no âmbito de elevação da militância, actualização de dados e entrega do novo cartão, até ao final do ano de 2014.

5.1.13. Realização de plenários em todas as organizações, pelo menos de 2 em 2 meses.

5.1.14. Realizar as Assembleias de Organização de S. Domingos de Rana, de Cascais, de Alcabideche, do Estoril e do Sector de Empresas.

5.2 - Trabalho de Direcção e Estruturação

5.2.1. No quadro de intensa actividade e batalhas políticas e do reforço orgânico, o trabalho foi de uma enorme exigência aos vários níveis da estrutura concelhia, a que no essencial, se deu uma resposta positiva. O que não significa que não existam organismos que têm grandes dificuldades em dar resposta às necessidades do nosso trabalho político.

5.2.2. A Comissão Concelhia de Cascais teve nestes últimos dois anos uma actividade regular, reunindo todos os meses, nem sempre com a participação necessária de alguns dos seus membros. É responsável pela dinamização do trabalho partidário e pelo controlo de execução das decisões da XVAOCC, através dos seus organismos executivos – Executivo e Secretariado –, criando, constituindo e avaliando as Comissões/ Grupos de Trabalho que considere necessários ao seu trabalho de direcção;

5.2.3. O Executivo e o Secretariado mantiveram uma estabilidade na composição e funcionamento, sendo órgãos fundamentais na dinamização da actividade e acção do Partido, na política de quadros e nos fundos do Partido. O Executivo

tem como atribuições, no intervalo das reuniões da Comissão Concelhia, promover e dinamizar a actividade partidária, reforçar a intervenção política e social e preparar as reuniões da Comissão Concelhia e o Secretariado tem como atribuições o acompanhamento das questões diárias, a concretização das decisões, os aspectos financeiros e de património e as questões de quadros.

5.2.4. As Comissões de Freguesia e o Organismo de Direcção do Sector de Empresas terão como responsabilidades principais a dinamização da actividade partidária e política nas respectivas áreas de intervenção.

5.2.5. As comissões de freguesia representam um papel essencial na estrutura de direcção, devemos procurar uma maior ligação aos militantes, melhorar a intervenção e iniciativa política, aprofundar a discussão colectiva, mantendo a regularidade das reuniões. Devem aprofundar o seu conhecimento e, se possível, intervenção nas empresas e locais de trabalho que existam nas freguesias, articulando este trabalho com o sector de empresas. Cada camarada nas Comissões de Freguesia deve ter uma efectiva ligação a um conjunto de militantes, desenvolvendo trabalho efectivo de direcção nas áreas da sua responsabilidade.

5.2.6. É necessário continuar a reforçar o acompanhamento de quadros e política financeira, nomeadamente na quotização e no controlo de execução, assim como dar início à comissão de Fundos concelhia.

5.2.7. É necessário reforçar os organismos de direcção, envolvendo mais quadros, responsabilizando-os por tarefas concretas, dotando os organismos de uma maior capacidade de resposta aos problemas políticos que se colocam e reforçando a ligação à base do Partido.

5.2.8. O apoio ao trabalho de direcção nas comissões representa um papel muito importante: comissões de organização, fundos, propaganda, a par das comissões para Movimento Associativo, juventude, reformados, mulheres, MPME são essenciais para melhorar a intervenção de massas do Partido e ampliar a sua influência. Para tal, as comissões devem ter objectivos e funcionamento regular.

5.2.9. A estruturação da organização é uma questão central para melhorar a ligação aos militantes, alargar o núcleo activo, reforçar a militância com reflexos positivos na política de fundos, nomeadamente a quotização. Permite ainda um melhor conhecimento dos problemas dos trabalhadores e populações potenciando o reforço da intervenção e acção política.

5.2.10. Sempre que possível devemos considerar a criação de núcleos de bairro, em particular nas freguesias com uma grande dimensão geográfica.

5.3 – Recrutamento

5.3.1. Desde o início de 2013 até agora foram recrutados 36 novos militantes (29 em 2013, 17 durante o ano de 2014). O contributo é de todas as organizações mas continuamos a apresentar dificuldades no recrutamento dirigido, em particular nas freguesias de Alcabideche e Estoril e no Sector de Empresas.

5.3.2. Embora já tenhamos conseguido enquadrar e integrar alguns dos novos militantes nos organismos do Partido e atribuir-lhes responsabilidades e tarefas, é fundamental ir mais longe, não desperdiçando o estado de espírito e motivação com que um novo militante decide vir ao PCP.

5.3.3. Elaborar em todas as organizações listas nominais de contactos a abordar para vir ao Partido, o aumento da influência e do prestígio do Partido junto dos trabalhadores e das populações deve ser por nós aproveitado e estreitar contactos para possíveis recrutamentos.

5.4 - Formação Ideológica

5.4.1. A formação ideológica é o garante de uma actuação cada vez mais consciente dos quadros do Partido, para melhor poderem aquilatar, em primeiro lugar, as posições políticas de fundo que o Partido defende internamente e no plano internacional.

5.4.2. Sendo certo que há várias formas de o conseguir, o debate colectivo, nos moldes em que a Concelhia de Cascais do PCP o determinou, revela uma eficácia interessante, de acordo com os resultados numéricos atingidos, que passamos a enumerar. Assim:

No ano de 2012 realizaram-se 2 cursos e 9 debates onde participaram 237 camaradas

No ano de 2013 realizaram-se 1 curso e 8 debates onde participaram 288 camaradas

No ano de 2014 – (ainda a decorrer) realizaram-se 1 curso e 5 debates onde participaram 166 camaradas. Nos debates realizados participaram também amigos que não são militantes do Partido.

5.4.3. Mesmo com quebras do cumprimento do programa trabalhado e aprovado no princípio de cada ano, devido aos grandes condicionalismos impostos pela luta política em várias frentes em que o PCP está envolvido, o facto mais relevante é que houve um aumento da participação média de camaradas e alguns amigos que mantêm com o Partido alguma proximidade afectiva, ou alguma curiosidade política, ou, ainda, alguma carência de aprofundar conhecimentos políticos ou outros, que sentem poder fazê-lo através da convivência da nossa visão proposta para uma outra sociedade.

5.4.4. É necessário manter a linha de debates temáticos mensais, descentralizados no concelho, e a realização de 2 cursos por ano.

5.4.5. Promover a ida de militantes, em particular de novos militantes, a cursos de formação ideológica promovidos pela Organização Regional de Lisboa ou na Escola do Partido.

5.5 - Imprensa do Partido

5.5.1. O “Avante!” e “O Militante” desempenham um papel insubstituível na formação da consciência de classe, política e ideológica e organização partidária pela clareza, veracidade e actualidade da orientação que contem, sendo que “O Avante!” rompe as barreiras de comunicação impostas pelos grandes grupo económicos dominantes e é também um importante meio de organização, de propaganda e de ligação às massas dando expressão às aspirações, lutas e conquistas dos trabalhadores e populações.

5.5.2.. Actualmente vendem-se 90 Avantes, distribuídos por 4 ADE's (Amigos Difusores Editoriais), e sendo distribuídos por 17 camaradas. No concelho de Cascais vendem-se também 44 Militantes. Existem ainda várias assinaturas do “Avante!” e de “O Militante” que até ao momento não foram possível contabilizar. Assistimos assim a uma estagnação na difusão da Imprensa do Partido o que constitui um problema à organização e que deve ser resolvido. Contudo, nas vendas especiais do “Avante!”, edição de 7 de Novembro 2013, com um suplemento dedicado à vida, pensamento e luta de Álvaro Cunhal teve um aumento substancial na venda de exemplares o que mostra que há possibilidade de fazer crescer este número, desde que devidamente acompanhado e estruturado este trabalho, pelas organizações e com discussão local.

5.5.3. Assim, a Imprensa do Partido deve merecer uma atenção redobrada nas organizações, responsabilizando camaradas por esta tarefa, fazendo o acompanhamento da venda, potenciando e definindo como objectivo o aumento do número de exemplares vendidos

5.6. Informação e Propaganda

5.6.1. A informação e propaganda são a base da intervenção política no seio dos trabalhadores e da luta de massas.

5.6.2. Assente nesta realidade torna-se necessário melhorar as nossas debilidades levando à prática o seguinte:

5.6.3. planificar e organizar acções de propaganda, por forma às organizações em todo o concelho compreenderem o papel da informação na actividade do Partido.

5.6.4. dinamizar a criação de grupos de trabalho em cada organização para concretizar as tarefas da propaganda.

5.6.5. alargar as bancas de rua a todo o concelho, realizar acções de propaganda, de forma regular e sistemática, nas empresas prioritárias e nos locais de grandes concentrações de massas.

5.6.6. editar e distribuir, trimestralmente, o boletim do sector de empresas do concelho «Unidade».

projectar a edição de um boletim do concelho, manter permanentemente actualizado o sítio da Organização do Concelho de Cascais na Internet

5.6.7. editar com regularidade boletins de «Presta Contas» da CDU.

5.7. Política Financeira e Património

5.7.1. O equilíbrio financeiro do Partido com o seu financiamento a partir dos seus próprios meios é o garante da sua independência política, orgânica e ideológica.

Garantir os recursos necessários e indispensáveis para o desenvolvimento da sua actividade, na base da iniciativa própria, no apoio e contribuição dos seus militantes, assume uma importância fundamental no quadro em que os comunistas e o Partido actuam.

5.7.2. As enormes dificuldades com que se debatem os trabalhadores e o povo português, o aumento da exploração e das desigualdades colocam novas e acrescidas dificuldades à tarefa de fundos.

A lei do Financiamento dos Partidos Políticos, da responsabilidade de PS, PSD e CDS-PP, consagra um conjunto de regras aberrantes, anti-democráticas visando atingir no fundamental o PCP, as suas características e actividades.

5.7.3. No decorrer dos 2 anos, entre Assembleia de Organização, o resultado financeiro da actividade e funcionamento, apresenta resultados que nos levantam preocupações.

5.7.4. Constituem objectivos principais para o conjunto do Partido no trabalho de fundos:

5.7.4.1. assegurar o efectivo equilíbrio financeiro do Partido, primeiramente com o aumento das receitas, elemento fundamental para garantir a capacidade de intervenção do Partido, mas também com a redução de despesas, nomeadamente de funcionamento.

5.7.4.2. atingir o equilíbrio financeiro e auto-suficiente de cada uma das organizações

5.7.4.3. aumentar as receitas próprias decorrentes da actividade e reforço do Partido, nomeadamente, a quotização – que exige discussão política e ideológica para que cada militante assuma a iniciativa do cumprimento fundamental do pagamento da quota, assim como a actualização do seu valor.

5.7.4.4. valorização da tarefa da recolha da quotização e a responsabilização de mais camaradas para esta tarefa. O alargamento do número de quadros com a tarefa de recolha de quotização e ter como referência 1 para cada 20 militantes é fundamental para se atingir os objectivos anuais da recolha de 80% da quotização.

5.7.4.5. realizar o controlo orçamental mensal

da quotização em cada organismo (Comissão concelhia, comissões de freguesia e direcção do sector de empresas).

5.7.4.6. criar e implementar o funcionamento regular da comissão de fundos concelhia que integre os responsáveis de fundos das freguesias e sector de empresas.

5.7.4.7. alargar e dinamizar o controlo financeiro, a apresentação de orçamentos, a recolha de fundos e efectivo controlo de execução.

5.7.4.8. preparar, alargar contactos e mobilizar à participação nas campanhas de fundos.

5.7.4.9. acompanhar com rigor o cumprimento da entrega das contribuições dos eleitos, de acordo com o princípio estatutário de não ser beneficiado nem prejudicado.

5.7.4.10. preparar e acompanhar as contribuições da participação nas mesas de voto, que constituem um elemento distintivo dos membros no desempenho de uma tarefa de âmbito cívico

5.7.4.11. promover a venda e divulgação do Avante e do Militante organizando bancas, contribuindo para o alargamento do esclarecimento e difusão da imprensa do Partido, mas também como meio de realização de fundos.

5.7.4.12. O Partido tem no Concelho de Cascais 5 Centros de Trabalho: Alcabideche, Cascais, Parede e São Domingos de Rana (Tires) são propriedade do Partido; o de Carcavelos (Sassoeiros) é alugado. Neste sentido, cada Centro de Trabalho do Partido tem de ser um espaço para apoiar e potenciar o trabalho e a intervenção política de cada organização sendo essencial cuidar da sua limpeza e funcionamento, assim como, da dinamização de iniciativas abertas aos trabalhadores e à população, tendo em conta experiências positivas como a verificada no Centro de Trabalho da Parede.

5.7.4.13. No Centro de Trabalho de Cascais iniciaram-se obras profundas de requalificação total do edifício, num período estimado em um ano e meio. Até lá a concelhia está instalada no Centro de Trabalho de Tires, assim que estejam concluídas as obras, a concelhia regressa ao Centro de Trabalho de Cascais. As organizações que fazem a sua base de trabalho em Cascais devem utilizar os Centros de Trabalho da Parede e de Alcabideche para a sua actividade regular e encontrar meios de contacto com os militantes, na recolha de quotização, etc, de modo a colmatar o facto de não haver a possibilidade da utilização do CT Cascais durante as obras.

5.7.4.14. Em Alcabideche, estão já em fase de acabamentos as obras no Centro de Trabalho, obras estruturais e de requalificação totalmente executadas por trabalho militante e disponibilidade de camaradas e amigos.

5.7.5.15. - O Partido lançou uma campanha nacional de fundos: «Mais espaço, mais Festa.

Futuro com Abril – Avante com a campanha!» para a aquisição da Quinta do Cabo com o objectivo de uma maior valorização da Festa do «Avante», o seu alargamento, melhores soluções para o aproveitamento do seu espaço para a melhoria das condições da sua preparação, funcionamento e acolhimento dos visitantes. A campanha que iniciou em Outubro de 2014 decorrerá até Abril de 2016, estando no começo, este é o momento exacto para impulsionar as medidas decididas realizar, pelo impacto e entusiasmo generalizado que está a ter entre os militantes e os amigos do Partido. Neste sentido deverá a organização concelhia de Cascais:

- elaborar listas nominais de camaradas e amigos a contactar e estabelecer compromissos de participação;
- estabelecer metas mensais por organização de acordo com os objectivos aprovados;
- criar um grupo de trabalho concelhio para o acompanhamento da Campanha e ajudar ao controlo de execução
- realizar iniciativas de fundos dirigidas para a campanha

5.8 - Festa do Avante

5.8.1. Festa de Abril, do Povo e dos Trabalhadores, a Festa do Avante tem a cada ano que passa um papel preponderante enquanto afirmação política do projecto do PCP.

5.8.2. A Festa que a juventude fez sua também, para a organização do Partido, é um momento maior de convívio, camaradagem, trabalho e reforço do Partido.

5.8.3. Na organização de Cascais, que nos últimos anos tem tido a responsabilidade da implantação e funcionamento do Bar do Lago, para além de todo um outro conjunto de tarefas centrais. A resposta que tem sido dada é positiva. Todavia, precisamos aumentar e envolver cada vez mais a organização em tudo o que é a preparação da Festa, jornadas de trabalho, venda da EP, divulgação da Festa, turnos de funcionamento, desimplantação, entre outras. Como forma de, também por aqui, reforçarmos a organização do Partido.